


## RECOMENDAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO CUIDADO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE PRISIONAL

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-011>

Data de submissão: 04/10/2024

Data de publicação: 04/11/2024

### **Leonardo Pereira Pacheco**

Especialista em Saúde Pública com ênfase em estratégia de Saúde da Família  
Faculdade Venda Nova do Imigrante, FAVENI  
Rio de Janeiro, RJ  
E-mail: lppachecodr@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4841-6270>

### **Victor Costa da Silva**

Mestre em Atenção Primária à Saúde  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ  
Rio de Janeiro, RJ  
E-mail: 00victorcosta@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3799-9599>

### **Larissa Torres Santos Alves**

Especialista em Gestão em Saúde Pública  
União Brasileira de Faculdades, UNIBF  
Rio de Janeiro, RJ  
E-mail: laracomcristo@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4466-7323>

### **Leonardo Graever**

Mestre Saúde Pública  
Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ  
Rio de Janeiro, RJ  
E-mail: leograever@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2027-8061>

### **RESUMO**

A pesquisa possui como proposta elaborar recomendações para a organização do cuidado na atenção primária à saúde prisional. Utilizou-se da revisão integrativa, que abrangeu 267 artigos em bases como SciELO, PubMed e LILACS, resultando na seleção final de 12 estudos. A pesquisa incluiu artigos publicados entre 2019 e 2024, com alguns textos de anos anteriores devido à relevância metodológica. As principais descobertas destacam a importância da intersetorialidade, da formação contínua dos profissionais e das políticas de saúde sensíveis ao gênero. Desafios incluem a precarização das condições de trabalho e a necessidade de adaptação da PNAISP para melhor atender diferentes grupos, especialmente mulheres. Na conclusão se afirmou que a organização do cuidado à saúde na atenção primária prisional requer uma abordagem integrada e intersetorial, baseada em evidências e políticas públicas sólidas. O trabalho enfatiza a importância de práticas humanizadas e a colaboração entre saúde e justiça para garantir a equidade no acesso à saúde para a população privada de liberdade (PPL).

**Palavras-chave:** Atenção Primária. Cuidado. Recomendações. Saúde Prisional.

## 1 INTRODUÇÃO

A questão dos cuidados de saúde para pessoas privadas de liberdade (PPL) envolve o reconhecimento de que, no mundo, de acordo com dados do *Institute for Crime & Justice Policy Research* (ICPR), do início de abril de 2024, mais de 10,99 milhões de pessoas estão detidas em instituições penais em todo o mundo, seja como detentos provisórios ou como condenados já sentenciados. Segundo os dados do ICPR (2024), o Brasil possui a terceira maior população carcerária global, com 840.000 PPL em suas unidades prisionais, ficando atrás apenas dos Estados Unidos com 1,8 milhão de prisioneiros e da China 1,69 milhão de prisioneiros (ICPR, 2024). O direito à assistência à saúde dessas pessoas no Brasil é assegurado pela Lei de Execução Penal (LEP) de 1984, que garante cuidados tanto preventivos quanto curativos, os quais podem ser oferecidos no próprio estabelecimento penitenciário ou, se necessário, em outro local. Esse direito é reforçado pela Constituição brasileira. (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal do Brasil, de 1988 estabelece em seu artigo 196 que a saúde é um direito de todos e uma obrigação do Estado. Esse direito é assegurado por meio de políticas sociais e econômicas que têm como objetivo diminuir o risco de doenças e outros problemas de saúde, além de garantir o acesso universal e igualitário a ações e serviços voltados para a promoção, proteção e recuperação da saúde (BRASIL, 1988). Para atender a esse direito constitucional foi instituído o Sistema Único de Saúde (SUS), fundamentado nas diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação popular. A legislação também determina que a responsabilidade pela saúde é compartilhada entre os três níveis de governo, União, Estados e Municípios.

Nesse contexto, o direito de acesso à saúde tem como agente principal o Sistema Único de Saúde (SUS), contemplando todos os brasileiros indistintamente, incluindo aqueles privados de liberdade, que seguem as regras de diplomas legais, como o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário – PNSSP, de 2003; a Lei de Execução Penal – LEP, de 1984; a Constituição Federal de 1988; as Leis Orgânicas nº 8.080 e 8.142, de 1990, que normalizam o SUS; a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde no Sistema Prisional – PNAISP, de 2014, e sua exclusiva portaria de operacionalização e financiamento, além da Portaria GM/MS nº 2.298, de 2021 (BRASIL, 1984; BRASIL, 2014).

Os profissionais de saúde vinculados ao SUS têm atuado em ambientes prisionais desde 1984, com a promulgação da Lei de Execução Penal (LEP). Em 2003, a publicação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) marcou o início da implantação de equipes multidisciplinares de saúde dentro das unidades prisionais. Esse plano foi substituído em 2014 pela Política Nacional de

Atenção Integral à Saúde no Sistema Prisional (PNAISP), que determinou a implementação das Equipes de Atenção Básica Prisional (EABP) no âmbito do SUS (SCHULTZ, *et al.*, 2022).

A PNAISP busca garantir o acesso dessa população à Rede de Atenção à Saúde (RAS), promovendo um cuidado integral e assegurando que os profissionais de saúde atuem de maneira autônoma, qualificada e humanizada. Isso é feito por meio de ações conjuntas entre as áreas da saúde e da justiça. Assim, a atenção primária é estabelecida no contexto prisional como a principal porta de entrada ao sistema de saúde para as pessoas privadas de liberdade (PPL) (BRASIL, 2014; COSTA *et al.*, 2022).

Informações extraídas do Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN), de dezembro de 2023, indicam que a população carcerária apresenta inúmeras vulnerabilidades sociais, compartilhadas com suas comunidades de origem, majoritariamente compostas por negros e pobres, que vivem com frequência em territórios marginalizados (BRASIL, 2021; BRASIL, 2023). Corroborando com os dados do SISDEPEN, apresentam dados epidemiológicos que demonstram que a população carcerária exibe índices significativamente elevados de transtornos mentais, doenças crônicas e infecciosas, bem como uso de drogas, quando comparada à população em geral. Um dos grandes desafios para a saúde pública é eliminar todas as formas de discriminação e diminuir as desigualdades no acesso à saúde para grupos sociais vulneráveis, como as pessoas privadas de liberdade (PPL) (SCHULTZ, *et al.*, 2022).

Com a implementação da PNAISP caminhou-se no sentido de expandir o escopo da atenção à saúde nas prisões, direcionando-a aos princípios e diretrizes do SUS, em estreita sintonia com os atributos da atenção primária à saúde (APS). Nesse sentido, por meio das equipes de atenção primária prisional, a PNAISP busca assegurar o acesso às ações integrais de saúde, entre elas a prevenção, o diagnóstico, a redução de danos e o tratamento das principais doenças que atingem a população privada de liberdade (ROSSETTO *et al.*, 2022). Nesse contexto, tanto a equipe gestora local do SUS quanto as equipes profissionais de saúde envolvidas, em colaboração com outros setores do sistema de segurança penal, precisam estar particularmente atentos ao redesenho de processos e mecanismos para garantir equidade, qualidade e efetividade nos cuidados de saúde destinados à PPL.

Além disso, em todos os níveis de atenção à saúde, destaca-se a importância do trabalho interdisciplinar, pois é através dessa colaboração que se busca uma abordagem integradora para lidar com os problemas que afetam a saúde dessa população. Essa estratégia visa alcançar maior eficiência e eficácia nos programas e serviços oferecidos. (SCHULTZ, *et al.*, 2022; ROSSETTO *et al.*, 2022). Existe, portanto, a necessidade de geração de produto para profissionais da saúde com diferentes

formações, tendo em vista o imprescindível conhecimento científico para a qualificação de suas habilidades e capacidades.

Busca-se como objetivo principal discorrer sobre a construção de recomendações sobre a organização das atividades necessárias ao cuidado da saúde na atenção primária prisional, baseadas em práticas integrativas de uma equipe multiprofissional.

## 2 METODOLOGIA

Em razão do crescimento progressivo em termos de quantidade e complexidade das informações na área da saúde, tornou-se inevitável o emprego de recursos fundamentados cientificamente, que possam delinear etapas metodológicas mais precisas e possibilitar uma melhor aplicação das evidências encontradas em diversos estudos pelos pesquisadores. Nesse contexto, a revisão integrativa surge como uma metodologia que permite sintetizar o conhecimento e incorporar na prática os resultados de estudos relevantes (SOUZA *et al.*, 2010).

Assim, o presente estudo fundamenta-se na metodologia de revisão integrativa de literatura, a qual permite que se obtenha produtos mais abrangentes sobre determinados assuntos de modo embasar algumas condutas e sustentar decisões. Para Ribeiro (2014) e Souza *et al.* (2010), a revisão integrativa apresenta-se como a mais extensa abordagem metodológica dentre as revisões, que recorre aos dados da literatura teórica e empírica e/ou combinado com estudos experimentais. Dentre seus propósitos pode incluir:

Autores, como Souza *et al.* (2010) e Mendes *et al.* (2008) descrevem a sistematização da metodologia integrativa em seis etapas: 1) identificação do tema e elaboração da questão norteadora; 2) busca ou amostragem na literatura; 3) coleta de dados; 4) análise crítica dos estudos incluídos; 5) interpretação dos resultados; 6) apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

Para a primeira etapa da pesquisa, foi estabelecida a seguinte questão norteadora: quais recomendações sobre a organização do cuidado na atenção primária à saúde prisional mostram-se pertinentes na ótica dos profissionais de saúde? Para a segunda etapa da pesquisa foi estabelecida a busca por artigos primários nas bases de dados da Biblioteca SciELO alcançando 145 trabalhos, *National Library of Medicine* (via PubMed) com resultado de 24 trabalhos e LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências em Saúde), via Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), com 98 trabalhos (links na lista de referências).

A pesquisa foi conduzida por meio de buscas eletrônicas, utilizando-se de alguns descritores específicos, com o objetivo de identificar trabalhos originais que oferecem uma perspectiva dos profissionais de saúde envolvidos no atendimento às pessoas privadas de liberdade, bem como outros

trabalhos relacionados ao tema e desenvolvidos durante a formação acadêmica do profissional da saúde.

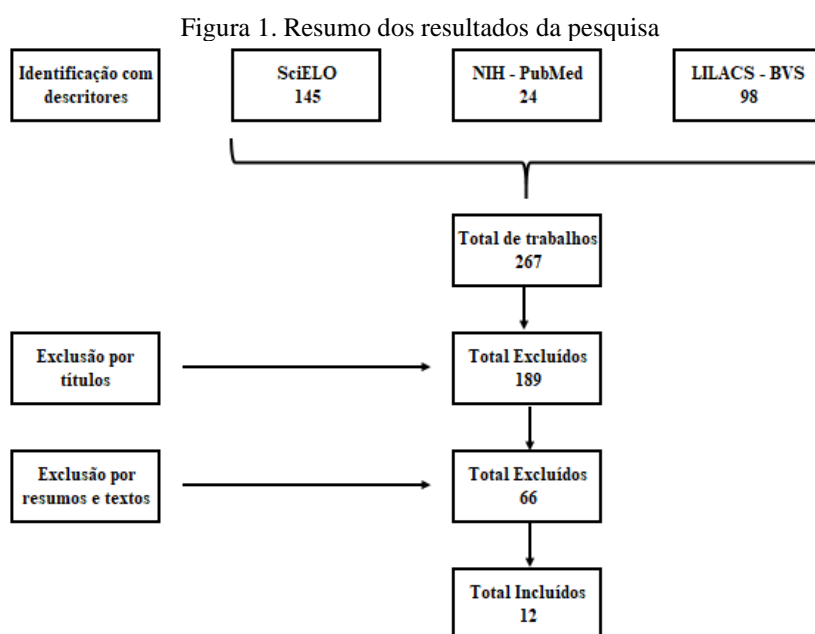
Os descritores utilizados foram: prisoner OR imprisoned people OR people deprived of liberty OR prison health AND Brazil OR PNAISP. Cabe destacar que a busca foi realizada com descritores na língua inglesa e portuguesa, buscando obter maiores resultados, com amostra superior. Assim, os descritores foram ajustados de diferentes maneiras visando aumentar a busca por trabalhos, além de maior proximidade com o tema.

Adicionalmente aos descritores, aos parâmetros de inclusão foram incluídos os trabalhos publicados de janeiro de 2019 a janeiro de 2024, que relatam interação com o tema 'saúde de pessoas privadas de liberdade' no decorrer da formação acadêmica ou durante a vivência dos profissionais no atendimento de pessoas privadas de liberdade.

Os parâmetros de exclusão foram estar fora do período estabelecido, entre 2019 e 2024, bem como publicações em outras línguas que não inglês, português ou espanhol, além daqueles trabalhos não alinhados à questão orientadora da pesquisa e/ou desacordo com os critérios de inclusão. Como exceção, foram selecionados alguns trabalhos fora do período de 2019 a 2024 por terem conteúdo atemporal, voltados especificamente para critérios metodológicos.

A busca foi realizada entre julho e agosto de 2024 e resultou em 267 artigos. Com base em análise inicial dos títulos, foram selecionados 66 artigos para leitura de resumo e parte textual, especialmente objetivos e metodologia.

Após a leitura, 44 artigos foram excluídos, resultando em 12 artigos selecionados que atendiam aos objetivos propostos



### 3 RESULTADOS

Na Tabela 1 são apresentados os trabalhos selecionados em todas as pesquisas após o emprego dos parâmetros de inclusão e exclusão, considerando-se para a análise final as informações sobre autores, ano de publicação, tema do trabalho, área de aplicação, metodologia (tipo de estudo), objetivos e resultados. Em relação ao ano de publicação, dos 12 artigos incluídos na amostra, predominaram as publicações dos anos de 2022 e 2023, sendo que os trabalhos publicados em anos anteriores foram considerados mais pelo caráter metodológico requerido para este trabalho, com informações relevantes para o tipo de pesquisa aqui aplicado.

Assim, a abordagem mais presente dentre os trabalhos selecionados, prevaleceu a revisão integrativa, presente em 6 dos 12 trabalhos selecionados, sendo que os demais trabalhos apresentam afinidade com o tema de saúde prisional, daí também serem importantes para este estudo.

Tabela 1: Trabalhos selecionados para revisão integrativa

Nº	AUTORES	ANO	AREA DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVOS	RESULTADOS
1	COSTA <i>et al.</i>	2022	Direito Sanitário	Revisão integrativa	Identificar as temáticas relacionadas à saúde das pessoas privadas de liberdade no Brasil abordadas em artigos científicos e correlacioná-las com as diretrizes da política nacional vigente	O estudo demonstra que as temáticas relacionadas à saúde das pessoas privadas de liberdade no Brasil, discutidas em artigos científicos, estão predominantemente alicerçadas na perspectiva curativista, em detrimento de efetivas ações promotoras de saúde.
2	SCHULTZ <i>et al.</i>	2022	Ciência e Saúde coletiva	Pesquisa qualitativa do tipo coloratória e descritiva	Discutir como o fenômeno da precarização das relações” de trabalho e da precariedade das condições” de trabalho se expressam no cotidiano ocupacional de uma equipe de atenção primária prisional, e as consequências para a atenção à saúde neste contexto.	Com o estudo foi possível evidenciar que o processo de precarização do trabalho em saúde no contexto do sistema prisional mantém relação direta com fatores estruturais e gerenciais complexos no campo da saúde e das finalidades e demandas diversas à saúde da segurança penal.
3	ROSSETTO <i>et al.</i>	2022	Trabalho, Educação e saúde	Revisão integrativa	Descrever a visão de profissionais das diversas áreas da saúde a respeito do atendimento às pessoas privadas de liberdade.	Com o estudo foi possível evidenciar que há um emaranhado de problemáticas envolvendo o atendimento em saúde para pessoas privadas de liberdade. É difícil definir se há um ponto em que tudo começa, mas pode-se pensar que o preconceito

						visualizado na sociedade como um todo se reflete também no atendimento profissional.
4	RIBEIRO	2014	Psicologia, Saúde e Doenças	Revisão integrativa	Expor e discutir os principais métodos utilizados na revisão de investigação científica, discutindo as suas vantagens e desvantagens.	Os diferentes métodos de revisão da literatura são hoje utilizados pelas diferentes áreas da ciência e, por isso, recomenda-se que a publicação de revisões que são propostas às revistas, sejam fundamentadas, e ajustadas aos objetivos da revisão e não aos da revista.
5	LEAL <i>et al.</i>	2022	Saúde Pública	Estudo transversal realizado em 15 unidades prisionais	Estimar a prevalência de diferentes morbidades e seus principais fatores de risco entre mulheres presas no Brasil.	A revisão integrativa confirma ser um método de pesquisa incipiente na enfermagem nacional, porém a sua contribuição na melhoria do cuidado prestado ao paciente e familiar é inegável.
6	BARTOS	2023	Ciência e Saúde Coletiva	pesquisa ensaiode caracter qualitativo	Apresentar reflexões sobre a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) e a intersetorialidade que a política propõe, considerando os profissionais das equipes de atenção básica prisional (EABP) como burocratas de nível de rua e a dificuldade de acesso à saúde por parte das pessoas privadas de liberdade.	O estudo aponta que a privação de liberdade é acompanhada das desigualdades que se materializam no cotidiano das prisões e como os problemas não são isolados, de modo que reconhecer suas diversas dimensões e como interagem entre si são desafios colocados na implementação de políticas intersetoriais, como é o caso da PNAISP.

Tabela 1: Trabalhos selecionados para revisão integrativa (continuação)

Nº	AUTORES	ANO	AREA DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVOS	RESULTADOS
----	---------	-----	--------------------	----------------	-----------	------------

7	SOUZA <i>et al.</i>	2010	Enfermagem	Revisão integrativa	Apresentar as fases de uma revisão integrativa, os aspectos relevantes a serem considerados e a utilização desse recurso metodológico.	O estudo indica que a abordagem do processo, rigorosamente da análise de dados, na diminuição de vieses e erros.
8	LEA <i>et al.</i>	2022	Saúde Pública	Estudo teórico e descritivo e abordagem qualitativa	analisar as percepções dos meios do SAMU quanto aos atendimentos realizados em unidades de saúde, as necessidades das demandas e o local da assistência	Com o estudo foi possível identificar a presença de aspectos não pertinentes ao serviço, inadequado para assistência, de privacidade durante os atendimentos e de escolta de transporte quando necessário. O atendimento prestado ao paciente e familiar é inegável.
9	OLIVEIRA <i>et al.</i>	2023	Saúde Pública	Revisão integrativa	Analisar as evidências científicas que tratam da concretização da atenção à saúde no sistema prisional brasileiro.	O estudo comprovou que o atendimento prisional se caracteriza com um padrão de violação dos direitos humanos em face dos diversos obstáculos enfrentados pelas pessoas privadas de liberdade e o acesso aos serviços de saúde.
10	AQUINO; CRUZ	2023	Saúde Pública	Revisão da literatura	Tecer reflexões acerca das legislações legais da atenção à saúde das mulheres em privação de liberdade, tendo como plano de fundo o conceito ampliado de saúde.	O estudo demonstra que a falta de dispositivos legais em favor da mulher privada de liberdade vem sendo duramente enfrentada, o que aponta para a necessidade de mudanças de caráter estrutural nos modelos assistenciais das unidades prisionais, em consonância com princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).
11	BARBOSA <i>et al.</i>	2022	Saúde Pública	Estudo qualitativo	Compreender os desafios para a garantia da integralidade do cuidado no contexto da Política Nacional de Atenção à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional.	Os desafios para garantia do cuidado no cuidado às PPL no contexto brasileiro remetem às questões estruturais das políticas de saúde, acentuadas no contexto prisional pela desarticulação entre os processos de trabalho da saúde e da justiça.
12	MENDES <i>et al.</i>	2008	Enfermagem	Revisão integrativa	Apresentar os conceitos gerais para a elaboração da revisão integrativa, bem como aspectos relevantes sobre a viabilidade deste método para a pesquisa na saúde e enfermagem.	A revisão integrativa pode ser um método de pesquisa relevante na enfermagem nacional, dada sua contribuição na melhoria do cuidado prestado ao paciente e familiar é inegável.

Fonte: Elaboração dos autores, 2024.

#### 4 DISCUSSÃO

A organização do cuidado na atenção primária à saúde prisional é um tema que exige a consideração de diversos aspectos legais, estruturais e sociais para assegurar o direito à saúde das pessoas privadas de liberdade (PPL). A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas



Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) é um marco importante discutido por vários autores. Barbosa *et al.* (2022) e Bartos (2023) destacam a relevância da intersectorialidade e da integralidade no cuidado à saúde prisional, enfatizando que a cooperação entre diferentes setores é essencial para garantir que as necessidades de saúde da PPL sejam atendidas de forma abrangente e eficaz. Essas obras ressaltam a importância de políticas de saúde integradas, que considerem não apenas o tratamento de doenças, mas também a promoção de um ambiente saudável dentro do sistema prisional.

Aquino e Cruz (2023) exploram especificamente o encarceramento feminino e a necessidade de políticas de saúde sensíveis ao gênero, abordando as bases legais para a atenção à saúde das mulheres privadas de liberdade no Brasil. A obra destaca que as necessidades de saúde dessas mulheres frequentemente são negligenciadas, e que a PNAISP deve ser adaptada para lidar com essas particularidades, garantindo um atendimento adequado e humanizado.

A revisão apresentada por Costa *et al.* (2022) sobre a política de saúde prisional brasileira reforça a necessidade de uma formação contínua dos profissionais de saúde que atuam nesse contexto. A formação é essencial para que esses profissionais possam lidar com as demandas específicas do ambiente prisional, que inclui altos índices de doenças crônicas, transtornos mentais e doenças infecciosas, como evidenciado por Oliveira *et al.* (2023) em sua revisão integrativa sobre saúde no cárcere.

O desafio da precarização do trabalho no contexto da atenção primária à saúde no sistema prisional é um ponto crucial discutido por Schultz *et al.* (2022). Os autores apontam que as más condições de trabalho enfrentadas pelos profissionais de saúde comprometem a qualidade do atendimento prestado à PPL, um problema que precisa ser resolvido para melhorar a eficiência dos serviços de saúde. A metodologia de revisão integrativa, conforme discutido por Mendes *et al.* (2008), emerge como uma ferramenta valiosa para sintetizar o conhecimento disponível e aplicar as evidências na prática de saúde prisional. Essa abordagem metodológica é essencial para a formulação de políticas e programas baseados em evidências, que possam efetivamente atender às necessidades de saúde da PPL.

No contexto da atenção à saúde de mulheres encarceradas, Leal *et al.* (2022) enfatizam a necessidade de estratégias de cuidado que levem em consideração as especificidades de gênero, como questões reprodutivas e de saúde mental, que são frequentemente exacerbadas no ambiente prisional. Essa abordagem é complementar ao que Aquino e Cruz (2023) discutem, reforçando a importância de políticas de saúde voltadas especificamente para o público feminino encarcerado. Lea *et al.* (2022) analisam o papel dos enfermeiros no atendimento de urgência em presídios, destacando as condições

adversas e os desafios enfrentados por esses profissionais. A obra sugere que, para melhorar a qualidade do atendimento, é necessário um apoio institucional robusto e recursos adequados, alinhando-se às discussões de Schultz, *et al.* (2022) sobre a precarização do trabalho na saúde prisional.

A revisão integrativa realizada por Rossetto *et al.* (2022) complementa esses pontos, ao analisar as percepções dos profissionais de saúde sobre o atendimento à PPL. A obra destaca que a formação e o apoio contínuos são essenciais para que os profissionais possam oferecer um atendimento humanizado e eficaz, apesar das condições desafiadoras do ambiente prisional.

A importância de políticas de saúde sensíveis ao gênero é crucial para garantir que as necessidades dessas mulheres sejam atendidas de maneira adequada e humanizada. Além disso, a precarização das condições de trabalho dos profissionais de saúde no sistema prisional, conforme identificado por diversos autores, compromete a qualidade dos cuidados oferecidos.

Portanto, melhorar as condições de trabalho e fornecer suporte institucional robusto são fundamentais para assegurar um atendimento eficaz e humano. Por fim, a importância do trabalho interdisciplinar e da colaboração entre os setores da saúde e da justiça é destacada como essencial para enfrentar os desafios complexos do sistema prisional. A implementação de práticas integrativas e humanizadas, respeitando os direitos humanos e promovendo a justiça social, é a chave para garantir a equidade no acesso aos serviços de saúde para as pessoas privadas de liberdade.

Em suma, a organização do cuidado na atenção primária à saúde prisional requer uma abordagem integrada, que leve em conta as especificidades de gênero, as condições de trabalho dos profissionais de saúde e a necessidade de políticas públicas intersetoriais e baseadas em evidências. As obras discutidas aqui oferecem uma visão abrangente dos desafios e oportunidades para melhorar a saúde das pessoas privadas de liberdade, sublinhando a importância de um sistema de saúde prisional que seja ao mesmo tempo eficiente, eficaz e humano.

## **5 CONCLUSÃO**

Se destaca a importância da organização do cuidado na atenção primária à saúde prisional, um campo que exige uma abordagem integrada e intersetorial, com base em evidências científicas e políticas públicas robustas.

A revisão integrativa realizada neste estudo revelou que, embora existam avanços significativos na formulação de políticas como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP), ainda há desafios significativos, especialmente no que diz respeito à implementação efetiva e à formação contínua dos profissionais de saúde. Um dos pontos centrais é a necessidade de adaptações específicas para atender às necessidades de diferentes grupos dentro da

população carcerária, como as mulheres, que enfrentam desafios únicos de saúde. A organização do cuidado na atenção primária à saúde prisional, portanto, não é apenas uma questão de política pública, mas também de justiça social e de respeito aos direitos humanos. Se recomenda a elaboração de novos produtos com abordagens técnicas e tecnológicas que funcionem como guias de orientação dos profissionais da saúde que trabalham na atenção à saúde primária das pessoas privadas de liberdade. Atualmente, dispõe-se de uma cartilha, porém com orientação mais administrativa.

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, L. C. D. de; CRUZ, D. T. da. Encarceramento feminino e bases legais da atenção à saúde da mulher privada de liberdade no Brasil. *Caderno Saúde Coletiva*, v. 31, n. 4, p. e31040071, 2023.
- BARBOSA, M. L. *et al.* Política nacional de atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade: o desafio da integralidade. *Cadernos de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 4, p. 517–524, 2022.
- BARTOS, M. S. H. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional: uma reflexão sob a ótica da intersetorialidade. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 28, n. 4, p. 1131–1138, 2023.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. População Prisional no Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2-semester-de-2023.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 2.298. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-2.298-de-11-de-dezembro-de-2023-531404223>. Acesso em: 13 ago. 2024.
- BRASIL. Lei nº 9.460, de 4 de junho de 1997. Altera o art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19460.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19460.htm). Acesso em: 13 ago. 2024.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial da União*, 13 jul. 1984.
- BRASIL. Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*, 2 jan. 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Cartilha - Plano Nacional de Saúdeno Sistema Penitenciário (PNSSP). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pnaisp/publicacoes/cartilha-plano-nacional-de-saude-no-sistema-penitenciario-pnssp/view>. Acesso em: 13 ago. 2024.
- COSTA, M. C. *et al.* Política de saúde prisional brasileira: uma revisão integrativa. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, v. 11, n. 4, p. 103-125, 2022.
- MENDES, K. D. S. *et al.* Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. ICPR. Institute for Crime & Justice Policy Research. World Prison Population List. 14a ed. 2024. Disponível em: [https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world\\_prison\\_population\\_list\\_14th\\_edition.pdf](https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_prison_population_list_14th_edition.pdf). Acesso em: 13 ago. 2024.

LEA, N. T. B. *et al.* Enfermeiros no atendimento de urgência em presídios: explorando razões do chamado e local da assistência. *Ciência, Cuidado e Saúde*, v. 21, n. 25, e58939, 2022.

LEAL, M. *et al.* Saúde de mulheres privadas de liberdade no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.27, n. 12, p. 4521-4529, 2022.

OLIVEIRA, G. R. de; *et al.* Saúde no cárcere: uma revisão integrativa da literatura. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 1-16, 2023.

ROSSETTO, M.; *et al.* Olhar profissional no atendimento em saúde às pessoas privadas de liberdade: revisão integrativa. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 20, e00909197, 2022.

SCHULTZ, A. L. V. *et al.* A precarização do trabalho no contexto da atenção primária à saúde no sistema prisional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 12, p. 4407-4414, 2022.

SOUZA, M. T. de; *et al.* Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

RIBEIRO, J. L. P. Revisão de Investigação e Evidência Científica. *Psicologia, Saúde & Doenças*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 671-682, 2014.